

**URBANIZAÇÃO CRÍTICA E ALIENAÇÃO DAS PRÁTICAS ALIMENTARES****CRITICAL URBANIZATION AND THE ALIENATION OF FOOD PRACTICES****URBANIZACIÓN CRÍTICA E ALIENACIÓN DE LAS PRÁCTICAS ALIMENTARES**

José Raimundo Sousa Ribeiro Junior<sup>1</sup>

**RESUMO:** O objetivo do artigo é contribuir com o debate sobre a crise alimentar que se generaliza. Na primeira parte do texto busco realizar uma crítica contra uma concepção redutora da alimentação que define-a como uma necessidade elementar e/ou biológica. Em contraposição apresento a alimentação como uma das formas pelas quais o homem se apropria da natureza e de sua própria natureza. Em seguida apresento a crítica da vida cotidiana como um caminho possível de interpretação das práticas alimentares e busco enfatizar como essa opção ressalta o incessante embate entre alienação e apropriação que caracteriza a vida cotidiana e consequentemente a alimentação. Por fim, procuro expor a relação existente entre o processo de urbanização e a alienação das práticas alimentares, apoiando-me, sobretudo, no conceito de urbanização crítica e em trabalhos de campo realizados na cidade de São Paulo.

**PALAVRAS CHAVE:** alimentação, práticas alimentares, alienação, urbanização crítica, vida cotidiana.

**ABSTRACT:** The aim of the paper is to contribute to the debate on the food crisis. In the first part of the text I criticize a reductive conception of food that defines it as an elementary and/or biological necessity. In contrast I define food as one mean by which man can appropriate nature and his own nature. Then I present the critique of everyday life as a possible way of interpreting the food practices and seek to emphasize how this option highlights the incessant struggle between alienation and appropriation that characterizes everyday life and consequently food. Lastly, I try to expose the relationship between the urbanization process and the alienation of the food practices using the concept of critical urbanization and the data collected in fieldworks in the city of São Paulo.

**KEYWORDS:** food, food practices, alienation, critical urbanization, everyday life.

**RESUMEN:** El objetivo de este trabajo es contribuir al debate sobre la crisis alimentaria. En la primera parte del texto busco criticar una concepción

---

<sup>1</sup> Doutorando do Programa de Geografia Humana da USP. Bolsista de doutorado da Fapesp. O presente artigo vincula-se ao projeto "Alimentação e proletarização: um estudo sobre urbanização crítica e vida cotidiana nos distritos do Brás e do Grajaú (São Paulo)". Email: sousaribeirojunior@gmail.com

reductiva de la alimentación que la define como una necesidad elemental y/o biológica. En contraposición presento la alimentación como una de las formas en que el hombre se apropia de la naturaleza y de su propia naturaleza. A continuación presento la crítica de la vida cotidiana como una forma de interpretar las prácticas alimentares y destaco cómo esta opción resalta la lucha incesante entre la alienación y la apropiación que caracteriza la vida cotidiana y por lo tanto la alimentación. Por último, presento la relación entre el proceso de urbanización y la alienación de las prácticas alimentares, utilizando el concepto de la urbanización crítica y los trabajos de campo realizados en la ciudad de São Paulo.

**PALABRAS CLAVE:** alimentación, prácticas alimentares, alienación, urbanización crítica, vida cotidiana.

Não é necessário ser um especialista para perceber os diversos problemas que comprometem nossa alimentação. A falta de alimentos, a comida que nos provoca angústia por não reconhecermos sua procedência e qualidade, a necessidade de especialistas para pensar e definir nossas dietas, a deterioração ou até mesmo o desaparecimento das refeições como um momento de apropriação não apenas dos alimentos. São muitas, portanto, as manifestações do que podemos denominar como uma crise alimentar que se generaliza. E como o caminho entre a percepção e a compreensão dessa crise não pode, evidentemente, ser percorrido de maneira solitária ressalta-se a importância dos debates que reúnem pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento e com distintas orientações teóricas e metodológicas acerca desta temática.

O presente artigo foi redigido como forma de retomar e prosseguir as reflexões apresentadas na mesa "Hábito alimentar, indústria e urbanização" realizada em junho de 2013 como parte do seminário "Terra, Alimento e Liberdade: o que você alimenta quando se alimenta?". O objetivo continua sendo o de contribuir com o debate, não com soluções ou respostas definitivas para os problemas, mas com uma reflexão crítica que aponte para caminhos possíveis de interpretação e superação da crise alimentar.

Ao tratar da questão da habitação, Engels afirma que o único método que a burguesia tem de lidar com este problema é através de "soluções que produzam a questão sempre de novo" e enfatiza que "enquanto o modo de produção capitalista existir, será disparate pretender resolver isoladamente a questão da habitação ou qualquer outra questão social que diga respeito à

sorte dos operários” (ENGELS, 1984, p. 75). Seu objetivo, ao indicar claramente que essa questão se resolveria somente através de ações que questionassem o modo de produção capitalista, não era fornecer uma resposta simplista para a questão da habitação, como se bastasse invocar as características do modo de produção capitalista para compreendê-la e superá-la, mas se contrapor as respostas ilusórias e ideológicas à crise habitacional que se apresentavam naquele momento. Além disso, seu objetivo, ao negar a possibilidade de resolução da questão habitacional ou qualquer outra questão social isoladamente, não era desqualificar as diversas lutas, sejam elas por moradia, por uma melhor alimentação ou por outras melhorias na condição de vida dos trabalhadores, mas contribuir com essas lutas através da compreensão do fundamento dessas crises, sem o qual corre-se o risco de apenas ratificar o existente.

Entendo que ainda hoje este posicionamento frente a uma das várias manifestações da reprodução crítica do capital seja pertinente para interpretação da crise alimentar.

### **DA ALIMENTAÇÃO COMO NECESSIDADE ELEMENTAR À COMPREENSÃO DAS PRÁTICAS ALIMENTARES**

Um dos primeiros desafios que se impõe ao debate acerca da alimentação (e conseqüentemente da crise alimentar) é sua própria definição. Está claro que a alimentação é objeto de estudo de várias ciências, uma vez que se trata de um fenômeno cuja complexidade e abrangência não cabe a apenas uma área do saber; é evidente também que dentro de cada ciência há uma diversidade de orientações teóricas e metodológicas e que, portanto, não há uma única definição válida ou correta para este fenômeno. No entanto, isso não significa que devemos aceitar acriticamente toda e qualquer concepção sobre a alimentação, uma vez que a definição de um objeto de estudo traz consigo um

posicionamento acerca da realidade que é ao mesmo tempo teórico, metodológico e também político.

Foge aos objetivos deste texto desenvolver uma crítica minuciosa das diferentes concepções de alimentação que fundamentam pesquisas, políticas públicas e iniciativas privadas, mas como deve ficar claro mais adiante, pretendo explicitar como uma das manifestações da crise alimentar está na própria maneira como a alimentação é definida ou concebida. Por isso entendo que a definição do que se entende por alimentação e de como é possível interpretá-la é um momento imprescindível no debate acerca da crise alimentar.

Uma primeira compreensão da alimentação define-a como uma necessidade básica, elementar, indispensável a nossa sobrevivência. Neste nível a alimentação é entendida como uma necessidade natural ou biológica, pois os homens, assim como os animais, precisam obter da natureza os nutrientes necessários à manutenção das suas funções vitais. Essa compreensão da alimentação é importante e válida, porém não é suficiente, pois historicamente as necessidades biológicas se tornaram necessidades sociais, em um processo que transformou não apenas seus objetos, como o modo de satisfazê-las<sup>2</sup>.

Para Marx a transformação das necessidades e de seus objetos está diretamente relacionada com a transformação dos próprios sentidos humanos<sup>3</sup> e assim as necessidades (carências) perdem “sua natureza egoísta e a natureza sua mera utilidade, na medida em que a utilidade se tornou utilidade humana” (MARX, 2004, p. 109). Trata-se de um processo de desenvolvimento e complexificação dos sentidos e necessidades que caracteriza o próprio processo de humanização. Isso significa que as

---

<sup>2</sup> Sobre a relação entre a necessidade e seu objeto, Agnes Heller indica: “A necessidade do homem e o objeto da necessidade estão em correlação: a necessidade se refere em todo momento a algum objeto material ou a uma atividade concreta. Os objetos ‘fazem existir’ as necessidades e inversamente as necessidades aos objetos. A necessidade e seu objeto são momentos, lados de um mesmo conjunto. [...] Naturalmente, por objeto da necessidade não há que se entender somente a objetualidade coisal. O mundo em sua totalidade constitui um mundo objetivo, toda relação social, todo produto social é objetivação do homem” (HELLER, 1986, p. 44).

<sup>3</sup> “O olho se tornou olho humano, da mesma forma que seu objeto se tornou um objeto social, humano, proveniente do homem para o homem. [...] Compreende-se que o olho humano frui de forma diversa da que o olho rude, não humano [frui]; o ouvido humano diferentemente da do ouvido rude, etc.” (MARX, 2004, p.109).

necessidades, assim como seus objetos e o modo como são satisfeitas, não podem ser compreendidas como imutáveis. Pelo contrário, elas estão em constante transformação e assim são historicamente determinadas, ou seja, estão diretamente relacionadas com as possibilidades humanas criadas historicamente.

Essas considerações são importantes para refutarmos uma compreensão redutora da alimentação para a qual os homens satisfazem suas necessidades apenas para manterem-se vivos, ou em outras palavras para sobreviver. Uma compreensão mais atenta e crítica vê na satisfação de nossas necessidades uma possibilidade de apropriação da realidade objetiva.

De acordo com Lefebvre, o que define a apropriação não é a posse do objeto, mas que seja possível usufruí-lo “de forma humana e total”; que seja possível ter a mais rica e complexa relação com o objeto, que pode ser uma coisa, um ser, um ser humano ou uma realidade social (LEFEBVRE, 2008, p. 156). Ao pensar a alimentação sob esta perspectiva nega-se a possibilidade de defini-la como a ingestão de alimentos em sua forma abstrata. Em outras palavras, não se trata apenas de possuir os alimentos necessários para a sobrevivência, mas se usufruímos deles “de forma humana e total”, o que significa estabelecer uma relação complexa não apenas com os alimentos em si, mas com a forma como estes são produzidos, adquiridos, preparados e consumidos. Seguindo o caminho trilhado por Marx nos Manuscritos Econômico-Filosóficos, Lefebvre reitera:

[é] assim que os nossos sentidos, órgãos, necessidades vitais, instintos e sentimentos foram permeados pela consciência, pela razão humana, uma vez que eles também foram moldados pela vida social. A criação destes sentimentos humanos, juntamente com a apropriação da realidade objetiva (a constituição de um ‘mundo’ humano), constitui o preenchimento da realidade humana (LEFEBVRE, 2008, p. 163).

Em suma, pode-se afirmar que para o homem a satisfação das necessidades é ao mesmo tempo a possibilidade de apropriação da natureza e de sua própria natureza. Marx chama a atenção para o fato de

que “o homem não é apenas ser natural, mas ser natural humano, isto é, ser genérico, que enquanto tal, tem de atuar e confirmar-se tanto em seu ser quanto em seu saber” (MARX, 2004, p. 128). Assim para o homem a alimentação não é mera necessidade elementar, mas uma das maneiras pelas quais poderia se realizar como ser genérico que historicamente criou novas necessidades assim como as formas de satisfazê-las.

Em oposição a uma compreensão redutora da alimentação, entendo que seja importante identificar e interpretar as diferentes práticas relacionadas à alimentação, que podem ser divididas basicamente em quatro grandes grupos ou momentos: as práticas relativas à produção, aquisição, preparo e consumo dos alimentos. O estudo das práticas alimentares não pretende esgotar todas as possibilidades de estudo da alimentação, mas foca de maneira privilegiada alguns aspectos relacionados a este objeto. Seu sentido é propor uma reflexão que não reduz a alimentação à ingestão de alimentos ou o que é ainda mais restrito à ingestão de nutrientes e/ou calorias. Além disso, ao tomar as práticas alimentares como um todo, coloca-se em evidência que os momentos que antecedem o consumo dos alimentos<sup>4</sup> não são irrelevantes para a compreensão da alimentação.

A divisão das práticas alimentares em quatro momentos não nos autoriza, no entanto, a tentar compreender cada uma delas isoladamente, pois há entre elas uma relação de múltipla interdeterminação. A compreensão de cada uma das práticas alimentares passa necessariamente pela compreensão da sua relação com as demais e se em alguns momentos da análise é possível separá-las para interpretá-las individualmente, é importante também resgatar a unidade existente entre elas.

Além disso, as práticas alimentares, assim como a necessidade que buscam satisfazer, são social, histórica e espacialmente determinadas. Isso significa que elas se transformam historicamente, ou seja, não são naturais ou imutáveis; que diferentes sociedades desenvolvem, portanto, distintas práticas alimentares; que em uma sociedade, por conta de suas diferenças e desigualdades internas, diferentes grupos realizarão as práticas

---

<sup>4</sup> É importante ressaltar que o consumo de alimentos também não é entendido aqui como sinônimo de ingestão de alimentos, mas como uma das práticas alimentares que precisa ser entendida social, histórica e espacialmente.

alimentares de maneiras distintas; por fim, que o espaço tem um papel ativo na maneira como as práticas alimentares se desenvolvem, não podendo ser considerado mero "palco" sobre o qual elas se desenvolveriam livremente.

Uma vez que estas práticas se realizam cotidianamente sua compreensão passa pela crítica da vida cotidiana. É importante identificar também a relação de múltipla determinação entre as práticas alimentares e as outras práticas e momentos que constituem a vida cotidiana, tais como a habitação e a mobilidade. A crítica da vida cotidiana, que não se contenta com a descrição destas práticas, nem advoga um retorno ao empirismo, busca superar a ilusão de que o cotidiano seja transparente e revelar como por trás daquilo que se apresenta como normal, natural ou imutável existem relações sociais que precisam ser desvendadas. É fundamental, portanto, que o estudo das práticas alimentares identifique e desvende as relações sociais responsáveis pela crise alimentar que vivemos.

### **CRÍTICA DA VIDA COTIDIANA E ALIENAÇÃO DAS PRÁTICAS ALIMENTARES**

De acordo com Lefebvre, é necessário considerar uma inversão decisiva, sem a qual o estudo da vida cotidiana corre o risco de ratificar o existente. Para ele, no mundo moderno o cotidiano deixou de ser sujeito (rico de subjetividade possível) para se tornar objeto (objeto da organização social). O sujeito de nosso tempo é o capital, é a incessante valorização do valor que transforma a tudo e a todos de acordo com suas necessidades. Já o cotidiano, na condição de objeto, é fragmentado, organizado e programado e passa a se caracterizar pela dominação (e até destruição) da espontaneidade, dos ritmos fisiológicos, da vitalidade, das paixões; ele é reduzido ao consumo programado e se afasta das possibilidades existentes (LEFEBVRE, 1973, 1975 e 1991). Esse processo corresponde à instauração da cotidianidade, "lugar social de uma

exploração refinada e de uma passividade cuidadosamente controlada” (LEFEBVRE, 2004, p. 129).

É por isso que para Lefebvre (2008, p. 76) a teoria da alienação e do homem total permaneceu sendo a força motriz da crítica da vida cotidiana. Nos Manuscritos Econômico-Filosóficos, Marx já anunciava que a alienação não coincide com a exploração, com o fato de o trabalhador não receber integralmente o produto de seu trabalho, ou em outras palavras, o valor que criou no processo de produção de mercadorias. A exploração faz parte da alienação, uma vez que parte do produto do trabalho é alienada do trabalhador, mas é preciso considerar que sob as relações sociais capitalistas este encontra-se alienado também da própria atividade produtiva sobre a qual não tem mais controle. Além disso, para Marx, além da alienação do produto do trabalho e da atividade produtiva há também a alienação do homem como um ser genérico, a alienação da natureza e da sua própria natureza. Cabe destacar, no entanto, que para Marx o homem não se aliena de uma natureza humana ideal, mas das possibilidades humanas criadas historicamente. Neste sentido, Lefebvre (2008, p. 8) entende que o próprio atraso da vida cotidiana frente às possibilidades existentes é uma comprovação de que alienação se generaliza.

Essa alienação do homem como um ser genérico pode ser lida na maneira como os homens passam a satisfazer suas necessidades. Para Marx:

Chega-se, por conseguinte, ao resultado de que o homem (o trabalhador) só se sente como [ser] livre e ativo em suas funções animais, comer, beber e procriar, quando muito ainda habitação, adornos, etc., e em suas funções humanas só [se sente] como animal. O animal se torna humano, e o humano, animal. Comer, beber e procriar etc., são também, é verdade, funções genuína[mente] humanas. Porém na abstração que as separa da esfera restante da atividade humana, e faz delas finalidades últimas e exclusivas, são [funções] animais [...] A formação dos cinco sentidos é um trabalho de toda a história do mundo até aqui. O sentido estrangido à carência prática rude também tem apenas um sentido tacanho. Para o homem faminto não existe a forma humana da comida, mas somente a sua existência abstrata como alimento; poderia ela justamente existir muito bem na forma mais rudimentar, e não há como dizer em que esta atividade de se alimentar se distingue da atividade animal de alimentar-se (MARX, 2004, p. 83 e 110).

Assim, se cada uma das práticas alimentares (produção, aquisição, preparo e consumo dos alimentos) poderia se realizar como um momento de apropriação da natureza e da natureza humana, a contraposição entre a "forma humana da comida" e "sua existência abstrata como alimento" ainda tão atual é reveladora de como sob as relações sociais capitalistas o que prevalece é sua alienação.

Sobre essa contraposição é lamentável, mas compreensível, que o faminto, na situação extrema em que se encontra, não considere mais a "forma humana da comida". Trata-se, certamente, de uma alienação extrema. Agora que pesquisadores e tecnocratas permaneçam "na abstração" que separa a alimentação "da esfera restante da atividade humana" e faz dela uma função animal é inaceitável. Qualquer definição de alimentação que permaneça nessa abstração é ideológica na medida em que aceita a alienação que pesa sobre a alimentação.

Para Lefebvre um aspecto central do conceito de alienação em Marx repousa no fato de que este é um conceito concreto e não apenas uma questão filosófica (LEFEBVRE, 2008, p. 66). A alienação é constante e cotidiana o que o leva a defender que a crítica da vida deve começar pela própria alienação, para não ficar presa a sua perspectiva. Deve haver uma inversão de perspectiva na qual a crítica revela a "irrealidade" da realidade burguesa, revela a realidade humana por trás dessa "irrealidade" (LEFEBVRE, 2008, p. 168). Essa irrealidade, no entanto, tem uma base real, sólida. Ela não é uma ilusão teórica, mas uma ilusão prática que tem sua base na vida cotidiana e na forma como esta é organizada (LEFEBVRE, 2008, p. 169)<sup>5</sup>.

É necessário se perguntar qual é o sentido (o propósito) da organização da vida cotidiana. Para Lefebvre nossa vida cotidiana é programada para que as relações sociais capitalistas continuem se

---

<sup>5</sup> É por isso que começamos aqui pela crítica à definição da alimentação como necessidade elementar e/ou biológica, pois a aceitação desta definição significaria o mesmo que aceitar a irrealidade a qual ela está presa.

reproduzindo. Trata-se da "reprodução das relações sociais capitalistas", que inclui a reprodução da força de trabalho mas não se resume a ela.

Não é difícil identificar que a inversão que torna a vida cotidiana objeto da reprodução da relações sociais capitalistas atinge em cheio as práticas alimentares. Essas, assim como as outras práticas cotidianas, devem servir primeiramente para atender as necessidades do capital. Do ponto de vista da Economia Política, a alimentação é concebida como necessidade a ser satisfeita para a reprodução da força de trabalho e como demanda que deve ser satisfeita através do mercado.

No primeiro caso a alimentação aparece como parte do custo de reprodução do trabalhador (juntamente com outros custos como a habitação, o transporte, o vestuário, etc.) e enquanto tal ela deve ser reduzida à condição de necessidade elementar. Assim se efetiva, segundo Marx, a redução das necessidades do trabalhador "à mais necessária e mais miserável subsistência da vida física", que "calcula a vida (existência) mais escassa possível como norma", que "faz do trabalhador um ser insensível e sem carências" (MARX, 2004, p. 141).

Ao mesmo tempo a alimentação também é fonte de uma enorme demanda, afinal a satisfação dessa necessidade passa, sob as relações sociais capitalistas, pelo consumo de diversas mercadorias (principalmente, mas não somente, os alimentos). Setores diferentes do capital se dedicam a essa demanda e buscam constantemente ampliá-la, seja pela criação de novas necessidades (as quais correspondem novas mercadorias), seja pelo crescimento quantitativo daquilo que já era consumido. Está claro que esta demanda é hierarquicamente organizada no seio da sociedade, pois assim como acontece com o consumo de outras mercadorias, no caso da alimentação há uma forte distinção social através do consumo, o que faz com que em uma mesma sociedade nem todos tenham acesso aos mesmos alimentos, nem às mesmas formas de preparo e consumo destes.

Existem, portanto, forças contrárias atuando sobre a alimentação: por um lado há o esforço em reduzir o consumo ao mínimo necessário, e por outro há a tentativa de incrementá-lo indefinidamente, o que não significa necessariamente um ganho de qualidade e muito menos a possibilidade de apropriação dos alimentos e das práticas alimentares. A

compreensão da crise alimentar passa pelo reconhecimento dessas forças, que por vezes representam interesses divergentes das diferentes frações do capital e aparecem nos diferentes discursos sobre a alimentação. Essas forças podem atuar de maneira contraditória, mas em última instância revelam que as práticas alimentares devem servir antes à reprodução do capital do que a satisfação plena de nossas necessidades.

Se há hoje um “mal-estar” (muito mais percebido do que compreendido) no que diz respeito à alimentação, ele é fruto da deterioração do conjunto das práticas alimentares. No entanto, é importante reconhecer que para cada manifestação deste “mal-estar” surgem não apenas novas mercadorias que pretensamente resolveriam os problemas existentes e assim poderiam acalmar os consumidores, como também discursos sobre a alimentação que tentam orientar nossas práticas alimentares. De acordo com Claude Fischler essa proliferação de discursos criou uma situação de “cacofonia alimentar” na qual:

[...] os discursos dietéticos se mesclam, se enfrentam e se confundem com os discursos culinários e gastronômicos, os livros de regimes com os livros de receitas, os manuais de nutrição com os guias gastronômicos. Por todas as partes crescem a prescrição e a proibição, os modelos de consumo e as advertências: nesta cacofonia, o comensal desorientado, em busca de critérios de escolha, consegue sobretudo nutrir sua incerteza (FISCHLER, 1995, p. 195).

Tudo isso reforça a necessidade de superar a constatação das manifestações da crise alimentar para compreender seu fundamento. Isso significa que a alienação das práticas alimentares não pode ser compreendida sem a consideração da reprodução das relações sociais de produção. Em outras palavras, a superação da crise alimentar não pode ocorrer sem a compreensão das relações sociais que a produzem, pois assim origina críticas que não têm potência para superar os problemas identificados.

O que essa abordagem pretende revelar é que os problemas relacionados à alimentação só podem ser superados se atacados seus fundamentos (que são ao mesmo tempo os fundamentos de outros

problemas que caracterizam nossa vida cotidiana), pois enquanto problema individual a deterioração da alimentação é absorvida pela lógica do capital<sup>6</sup>. Trata-se, como colocado anteriormente, de um em embate entre alienação e desalienação, no qual o processo de desalienação não pode ser compreendido como um processo individual, isso porque a desalienação da sociedade e dos indivíduos estão intimamente relacionadas e não podem ser executadas uma sem a outra.

### **PRÁTICAS ALIMENTARES E URBANIZAÇÃO CRÍTICA**

Está claro que o estudo das práticas alimentares proposto aqui não é tarefa de um só pesquisador, nem mesmo de uma só ciência. Se aqui será dado destaque para o papel do espaço isso não significa que seja possível autonomizar esse aspecto das práticas alimentares. Como anunciei acima, as práticas alimentares são social, histórica e espacialmente determinadas. Sendo assim o sentido é o de enfatizar que as relações sociais e o espaço não podem ser compreendidos isolada ou separadamente, que o espaço não é somente o palco no qual se desenvolvem as relações sociais, pois tem um papel ativo nessa relação. O espaço é produzido socialmente e está em constante transformação, o que obriga-nos a perseguir os conteúdos da produção do espaço, de como ela está imersa na lógica do capital e como ela interfere nas demais relações sociais.

As práticas alimentares são práticas espaciais, uma vez que é impossível compreender a produção, aquisição, preparo e consumo dos alimentos sem a consideração do espaço no qual elas se realizam. Além disso, enquanto práticas espaciais elas também influenciam a produção do espaço, afinal diferentes espaços são produzidos socialmente para a realização destas práticas alimentares. Em outras palavras, se as práticas alimentares modificam o espaço no qual elas se realizam, ao mesmo tempo

---

<sup>6</sup> É o caso dos alimentos orgânicos, por exemplo. A legítima reivindicação por alimentos livres de insumos prejudiciais a saúde (tais como fertilizantes e pesticidas) que poderia se configurar como uma crítica ao modelo agroindustrial concentrador de terras e de capital é absorvida pelo mercado e torna-se uma forma de consumo elitizada e inacessível para a maior parte da população.

o espaço também influencia de maneira decisiva a realização de cada uma delas.

Há ainda mais um recorte que é preciso explicitar acerca da análise que apresento aqui sobre as práticas alimentares. O objetivo aqui é compreender a relação entre o processo de urbanização e as práticas alimentares, ou seja, não se trata de uma análise voltada para a compreensão das práticas alimentares em todo e qualquer lugar. O campo e a cidade apresentam espaços distintos e que, portanto, demandam análises diferentes para a compreensão das práticas alimentares em cada um deles. Claro que há semelhanças e pontos de contato, mas isso não significa que seja possível fazer uma mesma análise para ambos.

Inserida na reprodução capitalista a urbanização ratifica e amplifica a exploração e a alienação. Para Amélia Damiani trata-se da urbanização crítica, cujo “movimento é ir distanciando os espaços periféricos e ir constituindo novas centralidades econômicas metropolitanas” (DAMIANI, 2008a, p. 241). Nas periferias prevalece “a baixa composição orgânica do espaço, que aparece como falta de infraestrutura urbana” (DAMIANI, 2008a, p. 241) enquanto novas centralidades são produzidas a partir de investimentos realizados com a participação decisiva do Estado. Assim, “para além dos conflitos sociais, das diferenças sociais que persistem, se instauram, recobrando-as e amplificando-as, as diferenças espaciais, de acesso à urbanização” o que lhe permite concluir que “temos um recorte de classe, remetido à ideia [...] de centro e periferia. Um proletário é, ao mesmo tempo, potencialmente, um morador de periferia” (DAMIANI, 2004b, p. 85).

Essas considerações são imprescindíveis para a compreensão das práticas alimentares, pois o acesso ao urbano é um elemento central para compreender como estas são realizadas. É inegável, por exemplo, que a baixa composição orgânica do espaço periférico pode ser identificada na infraestrutura relacionada ao abastecimento nestes espaços da cidade. Contudo, a consideração das desigualdades socioespaciais não tem como horizonte uma reivindicação pura e simples de mais e melhores equipamentos urbanos para a cidade, pois como Damiani já alertou,

tornar o lugar mais urbano significa, no limite da racionalidade deste Estado e a da propriedade privada da terra urbana, expulsar a população que é excedente. A luta pela sobrevivência e pela cidadania pode, dependendo de seus termos, expulsar e selecionar e essa relação é quase naturalizada – aparece como natural (DAMIANI, 2000, p. 32).

É preciso, portanto, considerar os fundamentos da urbanização capitalista, uma vez que a construção ou implementação de determinadas melhorias que permitiriam um acesso menos deteriorado ao urbano são imediatamente absorvidas pelo mercado imobiliário e se traduzem como valorização da propriedade privada da terra, cuja consequência é a expulsão direta ou indireta daqueles que ocupavam anteriormente determinado espaço. Em outras palavras, não é possível desconsiderar o papel central que a renda da terra exerce na produção do espaço urbano e como ela aponta para a necessidade de realizar uma crítica que coloca em questão os fundamentos dessa sociedade.

A concepção de urbanização crítica se contrapõe àquela de urbanização desordenada, que geralmente compõe um modelo centro-periferia através de uma visão dual da urbanização (organizada x desorganizada) e que neste sentido propõe o planejamento como solução para os problemas da e na cidade. Esta concepção compreende a natureza contraditória de uma economia que nega as possibilidades que ela mesma cria, “nega as capacidades humanas possíveis, que ela mesma virtualmente coloca” (DAMIANI, 2004a, p. 38) e ao mesmo tempo indica como “o urbano revela as contradições cruciais que vivemos, não se definindo como um aspecto secundário, um epifenômeno, ou um fenômeno eventual” (DAMIANI, 2004a, p. 37).

Na tentativa de compreender o papel da urbanização na crise alimentar apresento aqui uma reflexão acerca da realização das práticas alimentares no Grajaú (distrito do município de São Paulo) a partir da consideração dos trabalhos de campo realizados durante as pesquisas de mestrado e doutorado, assim como em dados oficiais. A opção aqui é a de apresentar, em linhas gerais, algumas considerações sobre como a urbanização crítica pesa sobre cada uma das práticas alimentares.

O distrito do Grajaú, localizado no extremo sul do município (mapa 1), revela um momento da urbanização crítica da cidade de São Paulo. Até 1935 a área que corresponde ao atual distrito fazia parte do município de Santo Amaro (incorporado neste ao município de São Paulo) e tinha uma ocupação predominantemente rural. Em 1950, quando a população do município já ultrapassava a marca de 2 milhões de habitantes, a população recenseada do Grajaú era de 3.740 habitantes em seus 92km<sup>2</sup>. A partir daí, como podemos observar na Tabela 1, o crescimento populacional se intensifica.

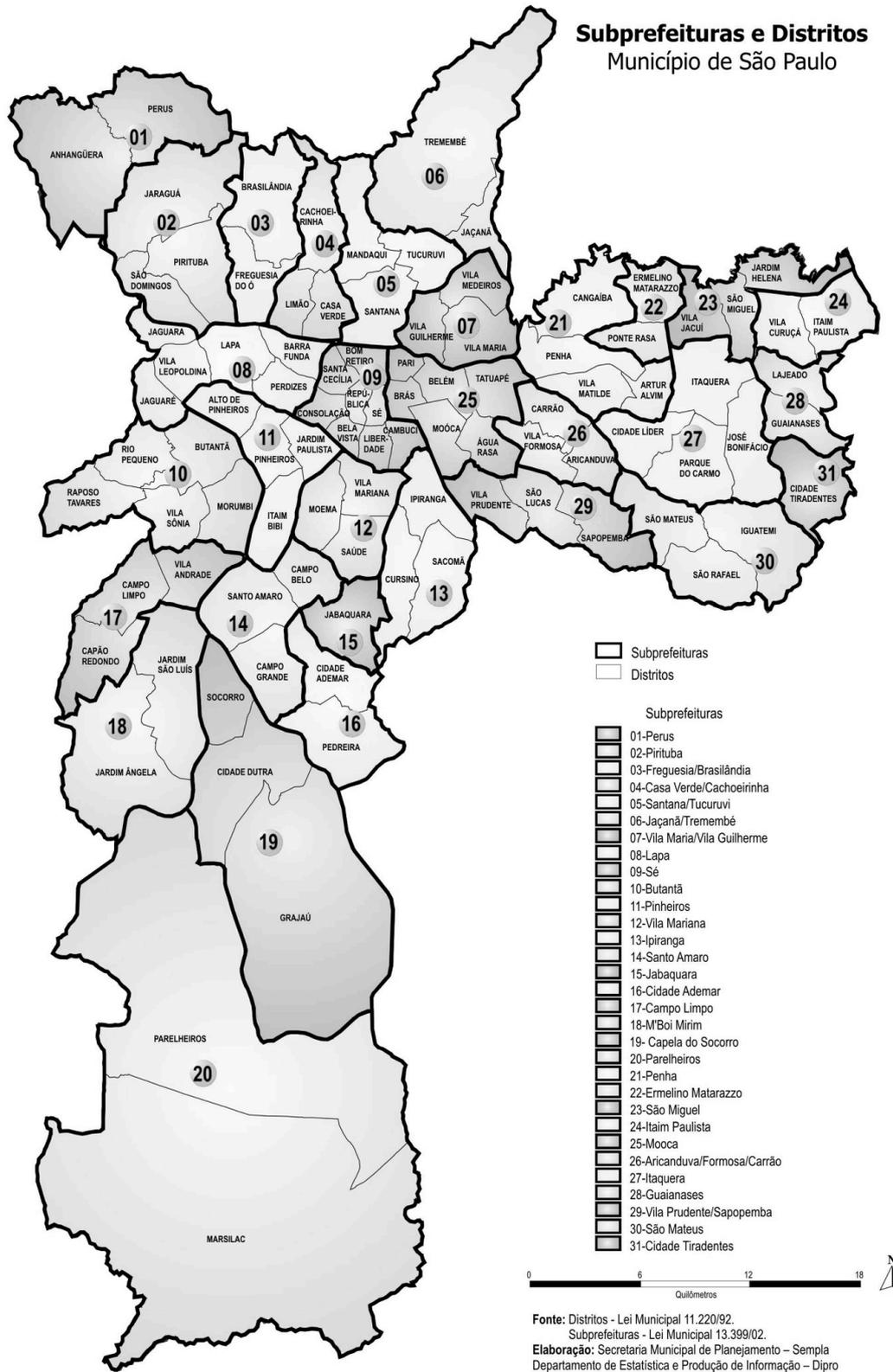
**Tabela 1 – População recenseada e taxa de crescimento no município de São Paulo e no distrito do Grajaú.**

	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
<b>Município de São Paulo</b>	2.151.313	3.667.889	5.924.615	8.493.226	9.646.185	10.434.252	11.253.503
<i>Taxa de crescimento</i>	-	70%	62%	43%	14%	8%	8%
<b>Grajaú</b>	3.740	8.989	43.664	117.301	193.754	333.436	360.787
<i>Taxa de crescimento</i>	-	140%	386%	169%	65%	72%	8%

Elaborado por: José Raimundo Sousa Ribeiro Junior

Fonte: [http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/htmls/7\\_populacao\\_recenseada\\_1950\\_10491.html](http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/htmls/7_populacao_recenseada_1950_10491.html)

Mapa 1 – Subprefeituras e Distritos - Município de São Paulo



Fonte: [http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico\\_demografico/img/mapas/1992.jpg](http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/img/mapas/1992.jpg)

Se a taxa de crescimento do distrito tem seu pico entre 1960 e 1970 é importante salientar que o crescimento absoluto apresenta seus maiores índices entre 1970 e os anos 2000. Nas décadas de 1970, 1980 e 1990 este crescimento é respectivamente de 73.637, 76.453 e 139.682 habitantes, o que equivale a 289.772 habitantes nas três décadas. Esse crescimento intenso, que em termos relativos ultrapassa o crescimento do município, é explicado por diversos fatores entre os quais se destacam a crise habitacional e a legislação ambiental que alterou na década de 1970 as regras de ocupação do solo nessa parte da cidade.

Como diversos autores já indicaram, o crescimento de São Paulo desde o fim do século XIX não foi acompanhado por uma política habitacional que acompanhasse a demanda por moradia. Além disso, a baixa remuneração da maior parte dos trabalhadores dificultava ou mesmo impedia que estes tivessem acesso à moradia pelo mercado formal de terras e propriedades. Assim, consolida-se um processo de urbanização no qual os próprios trabalhadores têm a responsabilidade de erguer suas casas através da autoconstrução em áreas periféricas desprovidas de serviços básicos para a população.

Segundo Kowarick "periferias sempre existiram em São Paulo", mas "poucos viviam em áreas longínquas do Centro, pois o sistema de transporte, o bonde, produzia um padrão concentrado e concêntrico de expansão urbana, marcado pelas altas densidades populacionais" (KOWARICK, 2009, p. 163). É principalmente a partir da década de 1950 que se consolida o que este autor denomina como "padrão periférico de crescimento urbano", que se caracteriza pela autoconstrução em lotes "clandestinos" ou "ilegais". Estes lotes tinham preços comparativamente mais baixos que os lotes centrais da cidade, tanto por conta de sua distância em relação aos locais onde havia oferta de trabalho, como por serem desprovidos de serviços urbanos.

O Grajaú não pode ser considerado como um dos primeiros lugares nos quais o padrão periférico de crescimento urbano vai se realizar em São Paulo. Antes dele muitos outros locais mais próximos do centro já haviam sido ocupados desta forma. Seu crescimento mais intenso tem início apenas

na década de 1960, ou seja, em um momento em que outras áreas da cidade já vinham sendo ocupadas desta forma o que revela a duração e magnitude do processo de distanciamento dos espaços periféricos que impõe dificuldades cada vez maiores de acesso ao urbano aos seus moradores.

Para compreender o momento em que o crescimento do Grajaú se intensifica é necessário considerar não apenas sua distância em relação ao centro e a ausência do que poderíamos denominar de uma infraestrutura urbana, mas também as Leis Estaduais n.º 898/75 e 1.172/76 que tinham como objetivo proteger as áreas de mananciais da Grande São Paulo.

Situado às margens da Represa Billings<sup>7</sup> todo a área do distrito do Grajaú passa a estar sujeita a uma legislação específica que buscava regular o uso do solo urbano nas bacias hidrográficas que abastecem os principais reservatórios da cidade para assim garantir a qualidade da água para o abastecimento. No entanto, ao redefinirem as regras de ocupação do solo<sup>8</sup> essas leis tiveram efeito contrário, pois rebaixaram ainda mais os preços dos terrenos e deram origem a um mercado informal de terras e loteamentos muito lucrativo. É neste contexto que a população do Grajaú vai de aproximadamente 40 mil habitantes no início da década de 1970 para aproximadamente 360 mil em 2010.

Todas as pessoas que entrevistamos chegaram ao distrito em diferentes momentos desse período, mas em comum relataram as enormes dificuldades relacionadas não apenas à construção ou aquisição da moradia, como também em relação aos serviços públicos e privados disponíveis nessa parte da cidade. Muitos dos moradores entrevistados ressaltam que no momento em que se estabeleceram no Grajaú “era tudo mato”. Essa expressão vem acompanhada de uma descrição que revela a compreensão destes moradores de que aquele lugar sequer tinha as características mais elementares de uma localidade urbana: as ruas eram de terra e lama, as

---

<sup>7</sup> Construída na década de 1920 com o objetivo de servir ao abastecimento de água e à produção de energia.

<sup>8</sup> Estas leis determinaram os cursos de água a serem protegidos, assim como delimitou as bacias hidrográficas nas quais os parâmetros urbanísticos de uso e ocupação do solo passaram a ser mais restritos. A proibição de construção em lotes inferiores a 500m<sup>2</sup>, por exemplo, fez com que os lotes perdessem valor no mercado formal de terras e abriu caminho para que estes fossem parelados “ilegal” ou “clandestinamente”.

moradias não tinham ligação com a rede de abastecimento de água e de esgoto, o acesso ao transporte público era precário, não havia escolas e postos de saúde, o comércio do bairro não dava conta das necessidades, etc.

Entre os entrevistados prevalece o entendimento de que atualmente a situação do bairro em que vivem é melhor do que no momento em que chegaram, mas aqui é importante fazer algumas ressalvas. A primeira é a de que a maior parte desses problemas não foi resolvida plenamente ou de maneira satisfatória e a insatisfação com as características do bairro continuam. Além disso, é necessário considerar que as melhorias percebidas pelos moradores não foram realizadas em todos os lugares do distrito ao mesmo tempo. Há bairros e/ou partes do distrito que foram atendidas primeiro e transformaram-se em centralidades desta parte da cidade, o que aponta para a existência de uma hierarquização dos espaços também dentro das periferias.

Como anunciado acima essas diferenças espaciais, que foram produzidas pelo processo de urbanização, recobrem e amplificam as diferenças sociais que caracterizam nossa sociedade. Assim, para compreender as práticas alimentares em lugares como o Grajaú é preciso considerar ao mesmo tempo as desigualdades sociais e espaciais que caracterizam a sociedade brasileira (e não apenas ela).

Neste sentido apresento a partir daqui uma breve análise de cada uma das práticas alimentares neste distrito. A tentativa é de considerar as dificuldades enfrentadas por seus moradores tanto por conta de uma intensa exploração da classe trabalhadora (que aparece como baixos rendimentos) como pelo processo de urbanização que pode amplificar essas dificuldades.

## UMA ANÁLISE DAS PRÁTICAS ALIMENTARES NO GRAJAÚ

Historicamente a divisão do trabalho entre campo e cidade relegou ao campo o papel de produzir os alimentos necessários para a existência das cidades. Mas isso não significa necessariamente que não se pudesse produzir na cidade, mesmo que apenas de maneira complementar, os alimentos necessários aos cidadãos. Para compreender porque hoje a produção de alimentos não se coloca como uma possibilidade para a classe trabalhadora que vive nas cidades é necessário considerar o processo no qual esta classe foi expropriada dos meios de produção e subsistência (a terra sendo um deles) para que se generalizasse o trabalho assalariado. Neste processo a produção de valores de uso pelos trabalhadores torna-se cada vez mais residual e estes passam a depender cada vez mais do mercado para satisfazer suas necessidades.

A urbanização crítica, que não pode ser compreendida sem a consideração da propriedade privada da terra, se traduz na vida de milhões de trabalhadores que vivem em São Paulo como dificuldade em possuir e usar o espaço que precisam para viver. Essa dificuldade se verifica tanto na localização como nas características da moradia. O precário acesso à propriedade privada que caracteriza a vida da imensa maioria da população nega a possibilidade de produção de alimentos para o consumo próprio na cidade. Se o espaço destinado à moradia em cortiços, favelas e loteamentos já é exíguo, como esperar o acesso à terra necessária para cultivar alimentos ou criar animais? Além disso, como os meios necessários para produzir os alimentos lhes são constantemente negados em pouco tempo perdem-se até os conhecimentos necessários para isso. Assim, constitui-se nas cidades uma massa de trabalhadores cativa, que para se alimentar precisa inevitavelmente vender sua força de trabalho.

Uma consequência disto é a dependência quase exclusiva do mercado para se alimentar. É comum, nas entrevistas realizadas com moradores do distrito do Grajaú, a referência ao passado no campo como um lugar onde se conhecia a procedência dos alimentos, o que em geral é tido como uma forma de garantir a qualidade do que se come. Quem vive nas cidades e se encontra em diversos sentidos cada vez mais distante da produção dos

alimentos que consome tem dificuldade em identificar como estes foram produzidos. Isso significa que em muitas situações os consumidores não sabem como os alimentos são produzidos, sendo que em alguns casos o distanciamento pode chegar ao ponto de não conseguirem sequer remeter ao estágio natural daquilo que comem. Trata-se, portanto, de um claro aspecto da alienação das práticas alimentares.

Isso nos leva a considerar outra prática alimentar: a aquisição dos alimentos. Antes de tudo é preciso destacar que esta prática, assim como a do preparo dos alimentos é desempenhada, sobretudo, pelas mulheres. São elas que devem garantir que “nada falte em casa” com o dinheiro que a família tem para adquirir alimentos. Nas falas das mulheres entrevistadas essa atividade não aparece como uma atividade agradável ou prazerosa, mas como mais uma obrigação que pesa sobre elas.

Por conta da dependência do mercado a aquisição de alimentos na cidade depende do acesso a uma infraestrutura de abastecimento. No caso de São Paulo esta infraestrutura, composta por supermercados, mercados, atacadistas, vendas, padarias, açougues, feiras é em sua quase totalidade privada e não se distribui pela cidade de maneira homogênea. Há lugares melhores servidos por essa infraestrutura e esse é certamente um dos fatores que compõem o preço dos imóveis na cidade, assim, o melhor acesso a essa infraestrutura é reservado àqueles que podem pagar mais por sua moradia.

A hierarquização do sistema de abastecimento na cidade aparece nas falas dos moradores do Grajaú. Muitos alertam para a diferença não apenas na quantidade de estabelecimentos (muitas vezes a escolha é reduzida a um ou outro mercado) como na qualidade destes. Os entrevistados indicaram que os mercados das periferias não oferecem os mesmos produtos e serviços que os mercados das áreas centrais ou para o fato de que existe uma diferença na qualidade dos alimentos comercializados, queixando-se de que mesmo quando têm o dinheiro para comprar algum produto de melhor qualidade este não é encontrado nos mercados da região.

A dependência do mercado, que caracteriza a aquisição dos alimentos na cidade, impõe também a consideração da relação entre mobilidade e alimentação. Muitos dos moradores entrevistados relatam a dificuldade de trazer as compras para seu domicílio e a necessidade de arcar com o custo extra da entrega. As poucas famílias entrevistadas que possuíam automóvel privado demonstraram uma maior independência com relação aos locais de compra, sendo mais habitual entre esse grupo a realização de compras em supermercados maiores (ou mesmo atacadistas) em outros distritos da cidade que oferecem preços vantajosos em relação aos mercados próximos da residência.

Recorrente em todas as entrevistas está a necessidade de se economizar no momento da aquisição de alimentos. A menção ao uso de calculadoras durante as compras maiores<sup>9</sup> é comum, pois é preciso ter um controle rígido sobre aquilo que se põe no carrinho para que não falte nada no final da compra. Além disso, as mulheres relatam que ficam atentas aos panfletos nos quais os estabelecimentos anunciam descontos e promoções de produtos específicos e que, em alguns casos, chegam a compor a compra em lugares diferentes como forma de economizar. Esse controle sobre o que pode ou não ser adquirido reflete-se também na fala recorrente de que não se pode fazer as compras com os filhos ou de que é necessário educá-los a “não pegar tudo o que querem”, pois para muitas delas não há com quem deixar os filhos.

Sobre as despesas com alimentos é possível afirmar que os relatos dos moradores corroboram vários dos dados disponibilizados pelo IBGE em sua Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) de 2008-2009. De maneira geral os entrevistados apontam as despesas com os alimentos como um dos principais gastos domésticos, o que também se verifica nos dados da POF. De acordo com essa pesquisa os gastos com alimentação entre as famílias cujo rendimento era de até 3 salários mínimos (R\$1245,00)<sup>10</sup> só ficavam atrás das despesas com habitação. É também entre essas famílias que o comprometimento do orçamento com a compra de alimentos atinge os mais elevados índices: 27,8% do orçamento para as famílias que tinham

---

<sup>9</sup> Em geral denominadas “compras de mês”.

<sup>10</sup> Vale ressaltar que 39% das famílias brasileiras encontram-se nessa faixa de rendimento (IBGE, 2010a).

renda total de até 2 salários mínimos e 24,8% para aquelas cujo rendimento era de 2 até 3 salários mínimos, enquanto a média nacional é de 16,1% (IBGE, 2010a). Sobre isso é importante ressaltar que os aumentos nos preços dos alimentos são sentidos de maneira muito mais drástica pelas famílias que têm que sobreviver com até 3 salários mínimos.

É também entre essas famílias que aparecem os maiores índices de avaliação do grau de dificuldade para chegar ao fim do mês com o rendimento monetário familiar. Entre as famílias cuja renda era de até 2 salários mínimos, 88,1% indicaram ter alguma dificuldade em chegar ao fim do mês com o rendimento monetário familiar; já entre aquelas cuja renda estava entre 2 e 3 salários mínimos esse índice é de 81,6% (IBGE, 2010a). Essa dificuldade também apareceu na quase totalidade das entrevistas realizadas no Grajaú, sendo muito comum a referência ao fim do mês como um momento de "aperto" que pode ser sentido inclusive na alimentação como veremos mais adiante.

No que se refere ao preparo dos alimentos, a terceira prática alimentar analisada aqui, destaca-se o fato de que entre os moradores entrevistados não é comum a compra de refeições prontas fora do domicílio. Mesmo quando têm de comer fora por conta do trabalho, o alimento consumido é em geral preparado em casa.

O preparo, como colocamos acima, é uma atividade realizada predominantemente pelas mulheres. Assim, nas entrevistas o ato de cozinhar é de maneira geral descrito como algo repetitivo e que é realizado por não se ter outra alternativa. Resta, como várias entrevistadas ressaltaram, um gosto por preparar um prato diferente, em geral num dia especial (que pode ser um dia do fim de semana ou de uma festa). Mas a preparação cotidiana é descrita como cansativa e obrigatória.

Como muitas das mulheres entrevistadas trabalhavam fora do ambiente doméstico, o momento privilegiado do preparo dos alimentos é durante a noite (quando se faz a janta e ao mesmo tempo o almoço para o dia seguinte) ou nos fins de semana. É importante destacar como uma parte significativa do tempo que seria destinado ao descanso dessas

mulheres é consumida por uma atividade necessária para a reprodução da classe trabalhadora. Uma vez que a baixa remuneração não permite que os trabalhadores comprem suas refeições fora de casa, pesa sobre essas mulheres a responsabilidade de preparar os alimentos para o consumo de toda família.

Outro ponto importante a ser destacado é relação existente entre o preparo dos alimentos e o espaço da casa. A observação do espaço doméstico durante a realização das entrevistas é reveladora: a precária divisão dos cômodos, fruto da exiguidade do espaço ocupado, faz com que muitas vezes inexista uma divisão entre dormitório, sala e cozinha. Além disso, mesmo quando em um cômodo separado, é comum que as cozinhas (como o restante das residências) não tenham ventilação e iluminação adequada. Isso revela como a urbanização crítica caracteriza-se pela precariedade na maneira como habitamos a cidade, mas isso não significa apenas que atendemos mal nossa necessidade de um abrigo, pois outras práticas que também necessitam do espaço da casa para se realizar são prejudicadas. Assim, é preciso ressaltar que a precariedade da residência faz com que as práticas alimentares que ali se desenvolvem não o façam sem constrangimentos, constituindo mais um momento decisivo para a compreensão de sua alienação.

É o que acontece também quando se analisa o consumo dos alimentos. É comum que nessas residências não haja um espaço que comporte toda a família confortavelmente para a realização de uma refeição. Não foram raras as vezes em que nas residências onde as entrevistas foram realizadas o número de cadeiras disponíveis no lugar onde a família fazia suas refeições era menor do que o número de moradores. Assim, é recorrente o ato de "comer no sofá" de frente para a televisão ou mesmo em momentos diferentes, o que dificulta a realização de uma refeição como momento de sociabilidade entre todos os membros da família.

Sobre os alimentos consumidos, quando perguntadas sobre o que costumavam comer durante um dia, as respostas dos entrevistados convergiam para um café da manhã composto por pão e café (às vezes acompanhado de leite) e almoço e janta compostos de arroz, feijão e

“mistura”<sup>11</sup>. Além dessas três refeições foi comum a menção a realização de um lanche<sup>12</sup> entre uma das refeições ou antes de dormir. Essa descrição é válida para os momentos que são descritos como “de normalidade”, ou seja, momentos em que a falta de dinheiro não é tão acentuada. Não são raros, no entanto, os momentos em que as dificuldades financeiras têm impacto sobre a alimentação.

Essas observações também são semelhantes aos dados apresentados na POF (2008-2009). De acordo com essa pesquisa o rendimento familiar influencia diretamente nos tipos de alimentos consumidos, pois quanto maior o rendimento familiar, maior tende a ser o consumo de leite e derivados, frutas, verduras e legumes, gordura animal, bebidas alcoólicas e refeições prontas. Esses alimentos aparecem pouco na descrição que os entrevistados fazem de sua própria dieta e, quando aparecem, são descritos como alimentos prestigiados que são consumidos em ocasiões específicas. Inversamente, quanto menor o rendimento, maior é a participação dos feijões e outras leguminosas, cereais e derivados e raízes e tubérculos (a farinha de mandioca especialmente) na alimentação das famílias.

No que se refere à satisfação com relação a própria alimentação, essa parece passar principalmente pela disponibilidade e qualidade da mistura no almoço e na janta. A maior parte dos entrevistados indicou que “o arroz e o feijão nunca falta”, salvo em situações específicas, mas que a quantidade e qualidade das misturas costuma variar. Em momentos melhores (quando mais de uma pessoa na casa está empregada ou no início do mês quando se recebe o pagamento) a mistura tende a ser composta pela combinação de uma verdura ou legume e carne. Já nos momentos mais difíceis (relacionados ao desemprego e ao fim do mês) a mistura tende a mudar (a carne é substituída pelo ovo ou pela salsicha) ou mesmo a desaparecer das refeições.

---

<sup>11</sup> A mistura é aquilo que acompanha o arroz e o feijão nas refeições cotidianas. Ela é geralmente composta por uma verdura ou legume, assim como por algum tipo de carne e/ou ovo.

<sup>12</sup> Em geral eles mencionam como alimentos consumidos nos lanches um biscoito ou bolacha, pão e às vezes frutas.

Para além das dificuldades enfrentadas no fim do mês, foi recorrente nas entrevistas a menção a momentos nos quais as famílias tiveram que lidar com a falta de alimentos de uma maneira mais intensa ou prolongada. Priorizar a alimentação dos filhos em detrimento da própria, pular refeições e diminuir o tamanho das porções são situações que fazem parte da história de vida de muitas das famílias entrevistadas. Essa situação limite revela que a fome ainda está presente na vida de muitas pessoas<sup>13</sup>, sendo importante ressaltar que mesmo quando essas situações não fazem mais parte de seu cotidiano elas permanecem sendo dilaceradoras, como revela o choro da maior parte dos entrevistados quando perguntadas se já tiveram momentos em que chegou a faltar comida em casa.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão dos problemas relativos à alimentação não passa pelo estudo da alimentação em si mesma. É importante compreender criticamente quais são os processos responsáveis por esses problemas e considerar que os problemas relativos à alimentação são uma porta de entrada para a compreensão de algo maior: o caráter crítico da reprodução social capitalista. Uma crítica da sociedade deve confrontar a sociedade como um todo, talvez identificando questões particulares, como é o caso da alimentação, mas tratando-as como consequência das características daquilo que é o fundamento dessa sociedade.

Entendo que a crítica que indica não haver alternativas reais dentro do atual estado das coisas, não pode ser entendida como desnecessária. Pelo contrário, ela é indispensável na medida em que identifica os limites da realidade em que vivemos e aponta para a necessidade de uma transformação radical. Ficar preso à racionalidade existente, o que muitas vezes nos é apresentado como a necessidade de aplicabilidade imediata de

---

<sup>13</sup> Segundo a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (2009) do IBGE 30,2% dos domicílios brasileiros estavam em situação de insegurança alimentar, sendo que 11,5% do total dos domicílios enfrentavam situações de insegurança alimentar moderada ou grave (IBGE, 2010b).

todo conhecimento, ratifica o atual estado das coisas. Assim, o sentido da crítica aqui, não é o de identificar falhas que tenham sido causadas por erros ou enganos, pois os problemas identificados são na verdade resultados inerentes à maneira como essa sociedade se reproduz.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DAMIANI, Amélia Luisa. A metrópole e a indústria: reflexões sobre uma urbanização crítica. In: **Terra Livre**. São Paulo, n. 15, p. 21-37, 2000.
- \_\_\_\_\_. A propósito do espaço e do urbano: algumas hipóteses. **Cidades**, Presidente Prudente, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 79-95, 2004b.
- \_\_\_\_\_. **Espaço e Geografia**: observações de método - Elementos da obra de Henri Lefebvre e a Geografia - Ensaio sobre a Geografia Urbana a partir da Metrópole de São Paulo. São Paulo: FFLCH-USP, 2008a.
- \_\_\_\_\_. **O lugar e a produção do cotidiano**. in CARLOS, Ana F. A. (org.) Novos caminhos da geografia. São Paulo, Contexto, 2001, pp 161-172.
- \_\_\_\_\_. **População e Geografia**. São Paulo: Contexto, 2008b.
- \_\_\_\_\_. Urbanização crítica e situação geográfica a partir da metrópole de São Paulo. In: Carlos, Ana Fani Alessandri; Oliveira, Arioaldo Umbelino de, orgs. **Geografias de São Paulo**: representação e crise da metrópole. São Paulo: Contexto, 2 v, p. 19-58, 2004a.
- DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- ENGELS, Friedrich. **A questão da habitação**. Lisboa: Avante, 1984.
- FISCHLER, Claude. El comensal del siglo XX. In: **El (h)omnívoro - el gusto, la cocina y el cuerpo**. Barcelona: Editorial Anagrama, 1995.
- HELLER, Agnes. **Teoría de las necesidades en Marx**. Barcelona: Ediciones Península, 1986.
- IBGE. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009**: despesas, rendimentos e condições de vida. Rio de Janeiro: 2010a.
- \_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**: Segurança Alimentar 2004 – 2009. Rio de Janeiro: 2010b.
- KOWARICK, Lúcio. **Viver em risco**: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil. São Paulo: Editora 34, 2009.
- LEFEBVRE, Henri. **A re-produção das relações de produção**. Porto: Publicações Escorpião, 1973.
- \_\_\_\_\_. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

- \_\_\_\_\_. **A Vida Cotidiana no Mundo Moderno**. São Paulo: Ática, 1991.
- \_\_\_\_\_. **De lo rural a lo urbano**. Barcelona: Ediciones Península, 1975.
- \_\_\_\_\_. **Critique of everyday life**. Volume 1. New York: Verso, 2008.
- MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- POULAIN, Jean Pierre. **Sociologias da alimentação: os comedores e o espaço social alimentar**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004.
- RIBEIRO JUNIOR, José Raimundo Sousa. **A fome e a miséria na alimentação: apontamentos para uma crítica da vida cotidiana a partir da Geografia Urbana**. 2008. 170f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.